

Artigos Originais**MOBILIDADE PENDULAR, TERRITÓRIO E MULTITERRITORIALIDADE NA
EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL****Original Articles****PENDULAR MOBILITY, TERRITORY AND MULTITERRITORIALITY IN
HIGHER EDUCATION IN BRAZIL**

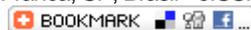
Verdi Kenedy Alexandrino*

verdikenedy@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/3025946804198812>

Mauro Augusto dos Santos**

mauroasantos@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/4283145000684078>**CAMINE: Cam. Educ. = CAMINE: Ways Educ.**, Franca, SP, Brasil - eISSN 2175-4217– está licenciada sob [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)**RESUMO**

No Brasil, o acesso ao ensino superior aumentou consideravelmente nas últimas décadas, abarcando novos segmentos da sociedade não alcançados até então. Se antes era necessário que uma parte considerável da população migrasse para as capitais e grandes centros urbanos para cursar o ensino superior, agora, com o gradual processo de interiorização das instituições de ensino superior, tornou-se possível graduar-se sem a necessidade de abandonar o município de residência. O deslocamento cotidiano entre o município de residência e o município onde estudam – chamado de movimento pendular – faz com que esses indivíduos transitem por diferentes territórios. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é discutir a mobilidade pendular na educação superior a partir dos conceitos de território e multiterritorialidade.

* Mestre em Gestão Integrada do Território pela Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE) (2017) e graduado em Direito pelo Centro Universitário de Sete Lagoas (UNIFEMM) (2002). Desde 2011 atua como professor na Fundação Educacional do Nordeste Mineiro (FENORD), onde leciona no curso de Direito.

** Pós-doutorado pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (2014). Doutor em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2010). Possui graduação em Ciências Sociais, com ênfase em Sociologia, pela Universidade Federal de Minas Gerais (1997) e pós-graduação em Gestão de Micro e Pequenas Empresas pela Universidade Federal de Lavras (2002). Desde 2010 atua como professor adjunto da Universidade do Vale do Rio Doce (UNIVALE) lecionando no Mestrado em Gestão Integrada do Território e em cursos de graduação.

Buscou-se evidenciar a necessidade de se compreender melhor as inter-relações culturais, sociais e pessoais vividas pelos estudantes que interagem nos territórios-zonas, assim como observar as ações político-administrativas ligados às relações de poder que a pós-modernidade trouxe aliada à mobilidade social.

Palavras-chave: educação superior. movimento pendular. território, multiterritorialidade.

ABSTRACT

In Brazil, access to higher education has increased considerably in the last decades, covering new segments of society that have not yet been reached. If it was necessary for a considerable part of the population to migrate to capitals and large urban centers to attend higher education, now, with the gradual process of internalization of higher education institutions, it became possible to graduate without the need to leave the municipality of residence. The daily displacement between the municipality of residence and the municipality where they study – called the pendular movement – causes these individuals transit through different territories. In this sense, the objective of this article is to discuss pendular mobility in higher education from the concepts of territory and multiterritoriality. It was sought to highlight the need to better understand the cultural, social and personal interactions experienced by the students interacting in the territories-zones, as well as to observe the political-administrative actions linked to the relations of power that postmodernity brought allied to the social mobility.

Keywords: higher education. pendular movement. territory. multiterritoriality.

INTRODUÇÃO

O mundo contemporâneo passa por transformações cada vez mais rápidas, levando os indivíduos a se reinventarem e se adaptarem às novas exigências de configurações sociais que são coletivamente produzidas. Cria-se necessidades que antes não existiam, extinguindo ou deixando em segundo plano tantas outras que ocupavam a centralidade das relações estabelecidas entre os sujeitos e os grupos.

Neste sentido, a educação formal, enquanto um fenômeno intrínseco ao mundo das relações sociais e um dos instrumentos integradores do processo de dominação na economia das relações de poder, vem assumindo importância cada vez maior como instrumento tanto para manter o poder e o

status social, quanto para possibilitar a mobilidade social para indivíduos de classes socioeconômicas menos favorecidas (CURY, 2000).

O acesso ao ensino superior, que antes era reservado a uma pequena parcela da população, aumentou consideravelmente nas últimas décadas, abarcando segmentos da sociedade não alcançados até então. Essa expansão se deve tanto às mudanças políticas, econômicas e sociais pelas quais passava o Brasil e o mundo, quanto aos incentivos ao setor privado fornecidos pelo Ministério da Educação a partir de 1994. As exigências do mercado de trabalho por mão de obra cada vez mais qualificada e a ampliação da oferta de vagas na rede privada associadas a incentivos estatais, resultaram num crescimento sem precedentes de matrículas em instituições de ensino superior (IES) no Brasil (GOULART; MACEDO, 2014).

Com a ampliação do número de IES, a Educação Superior no Brasil essa adentrou o interior do país. Se antes era necessário que o indivíduo se deslocasse para as capitais e grandes centros urbanos para cursar o ensino superior, agora, com o gradual processo de interiorização das IES, tornou-se possível graduar-se mais próximo de casa, sem ter a necessidade de abandonar o município de residência (RIEDER, 2011).

Ter uma IES mais próxima de casa, no município de residência e com condições econômicas de entrada e manutenção cada vez mais acessíveis, resultou num maior acesso da população ao nível superior de ensino. Essa opção também se estendeu a indivíduos residentes em municípios vizinhos que, de outro modo, ou mudariam para outros municípios ou não conseguiriam acessar essa modalidade de ensino.

Levando em consideração a distribuição da população no território e a distribuição das atividades nos espaços, pode-se definir a mobilidade espacial como abrangendo a mobilidade residencial intraurbana e os deslocamento dentro do próprio município, como os deslocamentos que envolvem a mudança de município e os movimentos pendulares (SILVA; RODRIGUES, 2011). Os deslocamentos pendulares, que são o objeto de análise deste artigo, podem ser descritos como o deslocamento diário com uma finalidade específica – por

exemplo, para estudar ou trabalhar – entre o município de residência e outros municípios (MOURA; CASTELLO BRANCO; FIRKOWSKI, 2005).

O movimento pendular de indivíduos com o objetivo de estudar em outros municípios, faz com que esses estudantes vivenciem o que Haesbaert (2004) nomeia de multiterritorialidade. Segundo o autor, a multiterritorialidade se dá a partir da existência de territórios múltiplos, onde o sujeito experimenta uma interação territorial, ou seja, um verdadeiro intercruzamento de diferentes territórios. A multiterritorialidade parte da territorialização em nível individual ou de um grupo de pessoas que se deslocam por mais de um território. Uma vez que a distribuição e organização demográfica das oportunidades de acesso a serviços em apenas um território não são suficientes para atender à todas as dimensões de uma vida, seja ela individual ou de um grupo, este movimento de pessoas, que vem aumentando a cada ano, propicia a criação de territórios-redes.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho é discutir, a partir de pesquisa bibliográfica, a mobilidade pendular na educação superior tendo como base os conceitos de território e multiterritorialidade.

O CONCEITO DE TERRITÓRIO

Conhecer o território na perspectiva da educação requer acessar diversas concepções existentes em torno de um termo usado em diversas áreas de conhecimento. Ao se reduzir o conceito de território a uma dimensão de gestão física ou administrativa, deixando de lado seu aspecto simbólico e cultural, corre-se o risco de não se alcançar a essência do fenômeno. Por ser um conceito que possui o potencial de abarcar inúmeros significados, sendo esses utilizados de modo bastante amplo e indistinto (SOUZA, 2015), faz-se necessário apresentar as possibilidades de utilização mais recorrentes e evidenciar aquela escolhida para orientar os pressupostos teóricos e metodológicos deste trabalho.

Diversos autores têm discutido o conceito de território nas últimas décadas (GOTTMANN, 1975; HAESBAERT, 2004; RAFFESTIN, 1993; SAQUET, 2010; SANTOS et al 2000; SOUZA, 1995). Embora haja discordância conceitual entre eles, todos partem da premissa de que o território se constitui a partir das relações de poder.

Para dar suporte à discussão deste trabalho, optou-se pela utilização do conceito de território trazido por Raffestin (1993) pelo fato do autor partir de uma perspectiva que privilegia a discussão das dimensões política e econômica do uso do espaço e da efetivação da territorialidade. Para o autor, o território, antes de mais nada, trata-se de um espaço que é apropriado concreta ou abstratamente pelo (s) sujeito (s). Neste sentido, o espaço precede a ideia de território e serve como base para que seja possível a manifestação desse.

“Local” de possibilidades, [o espaço] é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle, portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

A objetivação do espaço simbolicamente representado, ou seja, a transformação deste algo conceitual em algo que toma concretude através de práticas, ações e comportamentos, passa necessariamente pelo crivo dos códigos e sistemas sêmicos presentes no contexto que os indivíduos estão inseridos. Desta forma, a construção territorial se dá através da comunicação de intenções de determinado ator sobre uma realidade material por meio de um sistema sêmico. Raffestin (1993), dessa forma, reafirma que a construção do território passa pelas vias da comunicação da intenção do ator. Portanto, o território está numa relação social de comunicação, onde o espaço se torna a

representação do ator. Como ato de comunicação, o ator, a partir dessa representação, pode construir várias outras representações, ou seja, construir vários tipos de tessituras e articular todos os pontos, ou somente alguns, em redes. Ele “[...] pode decidir ligar certos pontos, assegurando entre eles a continuidade por meio de um sistema de junções ou, ao contrário, impedir que certos pontos sejam ligados.” (RAFFESTIN, 1993, p. 148).

Os signos e significados que compõem a representação desse espaço transformado em território demanda um gasto de energia que, por ser dinâmica, está sempre em transformação. Sendo o espaço um campo de possibilidades para a ação,

[...] o ator pode decidir “construir” vários tipos de tessituras e articular todos os pontos, ou somente alguns, em redes. Pode decidir ligar certos pontos, assegurando entre eles a continuidade por meio de um sistema de junções ou, ao contrário, impedir que certos pontos sejam ligados entre si, imaginando um sistema de disjunções. (RAFFESTIN, 1993, p. 148).

Quando nesse esquema de linhas e redes o ator entra em contato com outro(s) ator(es), o esquema de representações sobre os territórios tende a modificar, mesmo se esses atores possuem os mesmos objetivos. Isto acontece porque toda relação está permeada pelo exercício de poder, visto que é nas relações que o poder é produzido e exercido (RAFFESTIN, 1993).

Raffestin (1993) identificou diferentes elementos que derivam da construção do ator sobre o espaço e fazem parte dos sistemas territoriais. A estes elementos ele deu o nome de superfície, nós e redes. Eles não são necessariamente visíveis pois, por serem ligados às relações de apropriação, são suscetíveis às decisões do ator. Como estas superfícies (ou malhas), nós e redes são elementos da construção do território pelo ator, alguns fatores vão determinar a natureza deste sistema territorial. Um destes fatores é a distância, não sendo necessariamente uma distância espacial, visto que também pode haver distância de natureza temporal, econômica ou psicológica.

Essa distância está relacionada à interação do ator com os diversos locais e pode se configurar pelas relações políticas, sociais ou culturais. Este sistema de demanda e procura vai condicionar a construção do território, a partir destes elementos territoriais que vão imprimir no espaço um princípio hierárquico que serve para ordenar as ações dos indivíduos. Como afirma Raffestin (1993, p. 146) “[...] esses sistemas de tessituras, de nós e de redes, organizados hierarquicamente, permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído.” Estas relações de poder ocorrem em diferentes configurações de uma sociedade para outra, mas nunca estão ausentes.

Saquet (2010), partindo da análise realizada por Raffestin, aponta que esse autor, tendo como referência a filosofia pós-estruturalista de Michel Foucault, retira o foco da análise do exercício de poder exclusivamente da atuação do Estado e das instituições para investigar o poder nas relações estabelecidas na vida cotidiana, entre os indivíduos. Saquet segue afirmando que, na obra de Raffestin, o poder não só está intrinsecamente ligado às relações sociais, mas também que é impossível a existência das relações sociais sem o estabelecimento dos campos de poder. Raffestin traz, desta forma, “[...] uma abordagem também multidimensional das relações de poder que se traduz numa compreensão múltipla do território e da territorialidade.” (SAQUET, 2010, p. 33).

Trazendo uma concepção bem próxima à de Raffestin, Souza (2015) define o território como um espaço definido e demarcado por e a partir de relações de poder. A partir desta premissa, o autor traz diversas reflexões que auxiliam na compreensão do conceito, tais como: Quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço?; Quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço? Essa última pergunta leva inevitavelmente à outra questão primordial: Quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como? Com essas indagações, o autor busca entender as motivações para se conquistar ou defender determinado território, esclarecendo que tais motivações definitivamente não possuem apenas cunho

político, mas podem ser fortemente e até primariamente de natureza cultural ou econômica, por exemplo.

EDUCAÇÃO SUPERIOR, MOBILIDADE PENDULAR E TERRITÓRIO

No Brasil, os movimentos populacionais se intensificaram nas últimas décadas em decorrência de inúmeras transformações ocorridas na sociedade. Com relação à economia, novos modelos adotados levaram a mudanças na localização das atividades produtivas, alterando as chances de acesso aos bens e serviços tanto públicos quanto privados. Com isso a mobilidade espacial da população passou a ser uma característica fundamental a ser considerada por estudiosos do processo de constituição do espaço urbano.

Vários indivíduos se deslocam diariamente de seus municípios de residência com o intuito de trabalharem ou estudarem em outros municípios. Esses movimentos se caracterizam por serem frequentes e ritmados, possuírem curta duração e serem realizados em horários pré-fixados, acabando por refletir a estruturação do espaço e a hierarquização deste. Estas características são comparadas ao vai e vem do pêndulo e, por isso, esse fenômeno de mobilidade populacional é denominado de movimento pendular (STAMM; STADUTO, 2008).

As informações pertinentes a esses deslocamentos da população, para fins de estudo, são importantes para a compreensão das relações entre o sujeito e o território. Entender este tipo de deslocamento pode oferecer informações claras sobre a concentração e a distribuição das oportunidades. Tais informações podem vir a fomentar programas e políticas de desenvolvimento em busca do equilíbrio entre municípios de diferentes portes. Para Cintra, Delgado e Moura (2012), as informações sobre esses deslocamentos estudantis são o retrato da extensão do fenômeno de urbanização em um território, onde a mobilidade induzida pelos deslocamentos pendulares tem papel crucial. Para os autores elas são “[...] imprescindíveis na delimitação de grandes áreas urbanas e referenciais obrigatórios na formulação

de políticas públicas, particularmente de transporte e circulação, moradia e uso do solo.” (CINTRA; DELGADO; MOURA, 2012, p.16).

Hoje, no Brasil, predominam, no contexto econômico, os deslocamentos de curta distância. Trabalhar ou estudar em outro município que não o de sua residência acarreta um intenso fluxo de pessoas num movimento pendular entre o domicílio e o município onde exercem suas atividades. Este tipo de mobilidade populacional era mais facilmente visualizado em grandes centros urbanos brasileiros, mas, com a interiorização da indústria e o crescimento das aglomerações urbanas no interior, as atividades econômicas e serviços ganharam um distanciamento espacial que gera impactos na mobilidade populacional (BAENINGER, 1997).

O recrutamento da mão-de-obra e a oferta de serviços de diversos setores e atividades não estão mais limitados aos grandes centros e capitais. Com isto, os deslocamentos diários, regulares, de curta duração passam a ser cada vez mais frequentes. O aumento deste tipo de deslocamento é um fator que não pode ser desconsiderado nas análises territoriais (STAMM; STADUTO, 2008).

Neste sentido, como enfatizado por Cury (2000), a educação se mostrou proeminentemente ao longo dos séculos como delimitadora de fronteiras sociais e campo de poder em especial das relações de classe.

O processo de interiorização das IES's associado a fatores como as políticas de inclusão no ensino superior, o melhoramento da malha viária, o processo de regionalização do espaço de vida cotidiano, dentre outros, possibilitou o surgimento de um contexto favorável à mobilidade pendular para a educação superior. Isso permitiu que um público, que em contextos anteriores não teria condições de ter acesso à educação superior, passasse a ter acesso a esse tipo de serviço e romper paradigmas, re-significando, desta forma, tanto o território onde ele está quanto o território para onde vai. Emmel (2016, p. 37), confirma esta perspectiva ao afirmar que

A mobilidade pendular ocasiona a (re)estruturação de um território, criando novos espaços sociais e novas territorialidades tanto nos lugares de origem quanto de destino. A mudança de lugar, pelos sujeitos que se deslocam, implica

na apropriação e uso de novos espaços, o que influencia nas políticas referentes à infraestrutura e funcionalidade urbana e social.

Dessa forma, os espaços onde se inserem as IES, territorializados pelos estudantes que dinamicamente criam novas territorialidades ao se movimentarem de um ponto a outro, se configuram não apenas em um campo de interação entre as pessoas, mas também de interações de cultura, valores, costumes e condições sociais onde são exercidas as relações de poder.

MULTITERRITORIALIDADE E SUA RELAÇÃO COM O MOVIMENTO PENDULAR NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Dado o foco que o presente trabalho possui, é importante neste momento invocar as contribuições de Haesbaert (2001, 2004, 2010) acerca do conceito de territorialidade e de multiterritorialidade, visando uma compreensão mais abrangente das relações estabelecidas entre os alunos e os territórios por eles apropriados.

Para Haesbaert (2004, p. 1), o “[...] território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação.” Apesar das semelhanças encontradas com a concepção de Rafestin, Haesbaert insere na sua discussão, além das dimensões política e econômica trazidas pelo primeiro, a dimensão cultural (EMMEL, 2016).

Neste sentido, a territorialização é entendida como o processo de apropriação e o estabelecimento de poder em novos espaços, sendo a territorialidade a manifestação deste processo. Ao realizar uma breve perspectiva histórica da manifestação da territorialização nos diferentes arranjos e configurações da sociedade, Haesbaert (2004, p. 5) afirma que

Os objetivos dos processos de territorialização, ou seja, de dominação e de apropriação do espaço, variam muito ao longo

do tempo e dos espaços. Assim, as sociedades tradicionais conjugavam a construção material (“funcional”) do território como abrigo e base de “recursos” com uma profunda identificação que recheava o espaço de referentes simbólicos fundamentais à manutenção de sua cultura. Já na sociedade “disciplinar” moderna (até por volta do século XIX) vigorava a funcionalidade de um “enclausuramento disciplinar” individualizante através do espaço – não dissociada, é claro, da construção da identidade (individual, mais do que de grupo). Mais recentemente, nas sociedades “de controle” ou “pós-modernas” vigora o controle da mobilidade, dos fluxos (redes) e, conseqüentemente, das conexões – o território passa então, gradativamente, de um território mais “zonal” ou de controle de áreas para um “território-rede” ou de controle de redes. Aí, o movimento ou a mobilidade passa a ser um elemento fundamental na construção do território.

É com a premissa da mobilidade enquanto elemento fundamental na construção do território que este trabalho busca dialogar. A mobilidade pendular perpassa, necessariamente, por questões de ordem social e econômica e, ao mesmo tempo, dinamiza e re-significa os espaços e territórios (MELCHIOR, 2008).

Somente recentemente a mobilidade passou a ser analisada de forma mais abrangente, deixando de abarcar somente a quantificação de fluxo entre os municípios. A partir das novas perspectivas sob as quais o fenômeno vem sendo trabalhado, tornou-se evidente que uma gama de fatores e processos distintos estão tanto na base estrutural do sistema produtivo e no dia a dia dos sujeitos, quanto na forma urbana, nas interações espaciais, nas dinâmicas demográficas e no sistema de transportes e de gestão pública dos espaços por onde flui esta mobilidade (VASCONCELLOS, 2001). Emmel (2016, p. 35) afirma que nesse “[...] contexto urbano, o direito a mobilidade se apresenta como necessidade da sociedade para sua reprodução.” E é a partir deste trânsito pelos espaços que emana a multiterritorialidade.

O movimento pendular e regular dos estudantes que fazem o ensino superior fora de seu domicílio de residência vai ao encontro da ideia de Haesbaert (2010), quando esse aponta que sempre vivemos uma multiterritorialidade.

A existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma “multiterritorialidade”. (HAESBAERT, 2010, p. 344).

Raffestin (1993) concebe a territorialidade como o conjunto de relações mantidas com o território. Haesbaert (2004, 2013) parte desta premissa quando se propõe a conceituar a multiterritorialidade. Ele reforça a importância do senso de pertencimento desenvolvido pelas pessoas e pelos grupos, assim como da integração desses com o espaço geográfico.

Contudo, estar em múltiplos territórios não é uma condição que por si só levará à manifestação da multiterritorialidade. Outras questões devem ser levadas em consideração, como explica o autor, ao buscar distinguir a múltipla territorialidade da multiterritorialidade.

A multiplicidade de territórios como uma condição *sine qua non*, necessária, mas não suficiente, para a manifestação da multiterritorialidade. Rompendo com a dicotomia entre fixidez e mobilidade, território e rede, propusemos uma primeira distinção, muito importante na constituição dos “múltiplos territórios” do capitalismo, entre territórios-zona, mais tradicionais, e territórios-rede, mais envolvidos pela fluidez e a mobilidade. (HAESBAERT, 2004, p. 6).

Embora seja claro para Haesbaert (2004) que a complexa relação entre zona e rede sejam os elementos primordiais na constituição do território, ele afirma que, devido ao fato de o território estar centrado numa relação de poder, esta relação de zona e de redes depende do tipo de relação de poder existente naquele território. Para ele, vários são os tipos de controle territorial e, com isto, ele propõe uma classificação dos múltiplos territórios, que levaram ao entendimento da multiterritorialidade.

O autor classifica os territórios como territorializações a) uniterritoriais, que revelam uma correspondência clara entre poder político e identidade

cultural; b) político-funcionais, que apesar de serem consideradas tradicionais encerram maior pluralidade cultural dentro do território; c) sobreposições territoriais sucessivas ou concomitantes e, por fim; d) territorializações efetivamente múltiplas, ou seja, uma “multiterritorialidade”, manifesta por indivíduos e grupos “[...] que constroem seus territórios na conexão flexível de territórios multifuncionais e multi-identitários.” (HAESBAERT, 2004, p. 8).

A existência da multiterritorialidade não exige necessariamente uma experiência conjunta, podendo ser vivenciada de maneira diferente por cada indivíduo. O ser humano, por ser essencialmente um ser social e político, é dotado de capacidade de produzir o território, de territorializar. O caráter temporal aliado ao espacial é crucial para a compreensão da multiterritorialidade, pois com o aumento do fluxo, das redes e das dinâmicas socioespaciais, as práticas e vivências de múltiplos papéis, criam diversas representações espaciais não necessariamente associadas, que se originam das práticas e ideias do que se vive no momento presente (HAESBAERT, 2004).

Todos esses aspectos são levados em consideração nos estudos de Haesbaert (2004, 2010, 2013), mas ele ainda polariza a discussão quando insiste em fazer compreender que a multiterritorialidade não implica na formação de novos territórios, que não se trata de desterritorialização ou reterritorialização. As influências das pessoas no território ou nos múltiplos territórios a que têm acesso geram na sociedade igual impacto de multiterritorialização, onde as pessoas vivenciam substancialmente esta multiterritorialidade. Para ele, é a partir das articulações espaciais e da mobilidade social que surgem “territórios redes flexíveis” de acesso a múltiplas possibilidades de experiências espaciais nos vários territórios existentes, criando, a partir disto, uma outra multiterritorialidade. Sendo assim, na análise da multiterritorialidade, faz-se imprescindível entender os agentes que a promovem, seus caracteres – sejam simbólicos, sejam funcionais –, o entendimento da natureza espaço-tempo e seu caráter contínuo ou descontínuo.

Diante deste panorama, Emmel (2016) traz importantes contribuições ao afirmar que para os estudos que tem como objeto a mobilidade pendular, torna-se relevante retirar o foco apenas sobre a vida local do indivíduo e ampliar o foco de análise. Ele considera que “é válido considerar o perfil das pessoas que realizam a pendularidade, buscando entender de que forma este sujeito se apropria do território, ou então analisar com qual território estabelece relações mais próximas” (EMMEL, 2016, p. 36).

A partir do panorama teórico-conceitual aqui apresentado, torna-se evidente a necessidade de se compreender melhor as inter-relações culturais, sociais e pessoais vividas pelos estudantes que interagem nos territórios-zonas, assim como observar as ações político-administrativas ligados às relações de poder que a pós-modernidade trouxe aliada à mobilidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura indica que há alguns anos vem acontecendo o aumento de uma integração regional no país. A descentralização dos espaços educacionais é produto de um processo de mudanças que vem ocorrendo há algumas décadas em todo território nacional, tanto em decorrência da interiorização das IES quanto da implantação de políticas de acesso ao ensino superior. Desta forma, novas configurações territoriais são criadas e significadas pelos sujeitos. O estudante assim vivencia, além da diversidade de territórios, a imensa variabilidade de subjetividades que se interagem e muitas vezes se transformam no decorrer do período de estudo dentro destes territórios.

Não é possível ignorar os componentes materiais do território ordenados no espaço geográfico, mas não podemos entendê-lo como meramente um fenômeno físico que ali se constituiu naturalmente. A própria ordenação material do espaço territorial é fruto da seleção do homem que o faz em função de interesses e objetivos próprios. A delimitação material do espaço é fruto da ação humana e faz parte do processo político de formação daquele território. Desta forma, ao se falar dos estudantes de realizam movimento pendular, pode-se falar

em multiterritorialização ao invés de desterritorialização, visto que eles se apropriam e significam os múltiplos espaços por onde circulam no seu cotidiano.

Vivendo o tripé sociedade-espaço-tempo, as relações sociais são tecidas e o estudante é capaz de atingir uma autonomia no processo de produção do território a partir da relação com os serviços educacionais. Assim, ele vai não apenas transformar os espaços ocupados em território, mas também exercer uma territorialidade, o que é uma perspectiva fundamental para se viver a multiterritorialidade oriunda das novas relações de poder que os estudantes estabelecem com outros indivíduos e com o sistema de ensino superior em um território-zona.

A partir do panorama teórico-conceitual aqui apresentado, buscou-se evidenciar a necessidade de se compreender melhor as inter-relações culturais, sociais e pessoais vividas pelos estudantes que interagem nos territórios-zonas, assim como observar as ações político-administrativas ligados às relações de poder que a pós-modernidade trouxe aliada à mobilidade social. Desta forma, espera-se que as discussões aqui levantadas possam contribuir para instigar futuras pesquisas que versem sobre a mobilidade pendular e as formas de ocupação social dos territórios da educação superior, temas tão emergentes na atualidade.

REFERÊNCIAS

BAENINGER, R. Redistribución espacial de la población: características y tendencias de caso brasileño. **Notas de Población**, Santiago de Chile, ano 25, n. 65, p. 145-202, 1997.

CURY, C. R. J. **Educação e contradição**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CINTRA, A.; DELGADO, P.; MOURA, R. Movimentos pendulares no Paraná. **Caderno IPARDES: Estudos e Pesquisas**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 15-31, ago./dez. 2012.

EMMEL, A. **Mobilidade e territorialidade**: análise dos deslocamentos pendulares no arranjo populacional de Santa Cruz do Sul (RS). 2016. 134 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2016.

GOULART, I. B.; MACEDO, R. Z. Estratégias adotadas pelas instituições de ensino superior da rede privada de Minas Gerais face as transformações no início do século XXI. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 14., 2014, Florianópolis. **Anais....** Florianópolis: UFSC, 2014.

GOTTMANN, J. The evolution of the concept of territory. **Social Science Information**, London, v. 14, n. 3/4, p. 29-47, 1975.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9., 2001, Rio de Janeiro. **Anais....** Rio de Janeiro: ANPUR, 2001. v. 3.

_____. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2016.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. Os dilemas da globalização-fragmentação. In: _____. (Org.). **Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo**. 2. ed. Niterói: Ed. UFF, 2013.

MELCHIOR, L. **Redes sociais e migrações laborais: múltiplas territorialidades: a constituição da rede nipo-brasileira em Ourinhos (SP) e no Japão**. 2008. 225 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2008.

MOURA, R.; CASTELLO BRANCO, M. L. G.; FIRKOWSKI, O. L. C. F. Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. **São Paulo Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 121-133, 2005.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
RIEDER, A. A interiorização da educação superior no Brasil: caso de Mato Grosso. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, Florianópolis, v. 4, n. 3, p.228-247, p. 228-247, 2011.

SANTOS, M. et al. O papel ativo da geografia: um manifesto. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 12., 2000, Florianópolis. **Anais....** Florianópolis: AGB : UFSC, 2000.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILVA, E. T.; RODRIGUES, J. M. Algumas dimensões da mobilidade espacial no território metropolitano. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14., 2011. Rio de Janeiro. **Anais....** Rio de Janeiro: Anpur, 2011.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. et al (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

STAMM, C.; STADUTO, J. A. R. Movimentos pendulares das cidades interioranas de porte médio de Cascavel e Toledo, no Paraná. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 131-149, 2008.

VASCONCELLOS, E. A. **Transporte urbano, espaço e equidade**: análise das políticas públicas. São Paulo: Annablume, 2001.